

# **Polpar S.A.**

**Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025  
e Relatório do Auditor Independente**

Adviser Sul Auditores Independentes

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da  
Polpar S.A.

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Polpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polpar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Mensuração do valor justo das ações da Suzano Holding S.A.

##### Por que é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia possui investimento em ações da Suzano Holding S.A. mensurados ao valor justo no montante de R\$ 29.288 mil, e representa 42,4% do total de ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2025. Esse investimento está classificado como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado abrangente.

As estimativas da Diretoria são baseadas na cotação pública das ações da Suzano S.A., investida que representa aproximadamente 99,67% do ativo da Suzano Holding S.A., ajustadas para considerar eventos que poderiam impactar o valor justo na data de mensuração, quando aplicável. A mensuração do valor justo dos investimentos da Companhia é relevante no contexto das demonstrações financeiras. Consequentemente, consideramos esse assunto uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e implementação de controles relacionados ao processo de revisão e aprovação da mensuração do valor justo; (ii) inspeção de transações recentes e análise dos eventos entre a data da transação e a data da mensuração que poderiam impactar o valor justo; (iii) teste da exatidão matemática do valor justo; e (iv) análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as premissas e critérios utilizados pela Diretoria para determinação do valor justo do investimento são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo**

A auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidas sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório, sem modificações, em 18 de março de 2025.

##### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026

ADVISER Sul Auditores Independentes  
CRC – SC 05655/O-9

Paulo Cesar Domingues Chagas  
Sócio  
Contador – CRC – 01 SP 132.722/O-2

# Polpar S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

### Índice das Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração .....	1
Balancos patrimoniais.....	2
Demonstrações de resultados .....	3
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	8
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeira e o relatório dos auditores independentes.....	18

## **Relatório da Administração da Polpar S.A.**

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Polpar S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando que o patrimônio líquido da Polpar S.A. está quase que exclusivamente investido em ações ajustadas a valor de mercado da Suzano Holding S.A. e de sua controlada Suzano S.A., as demonstrações contábeis da Companhia refletem substancialmente esses investimentos. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no seu Relatório da Administração.

### **Resultados**

No exercício de 2025 a Companhia apurou lucro de R\$ 3.935 mil em comparação ao lucro de R\$ 2.168 mil no exercício anterior. Os dividendos recebidos e apropriados de suas participações na Suzano Holding S.A. e na Suzano S.A., no montante de R\$ 3.587 mil, mais o resultado financeiro líquido no valor de R\$ 548 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício no valor de R\$ 123 mil e as despesas de provisão do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 77 mil.

### **Auditoria e controles internos**

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atendendo a Instrução CVM 480/09, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2025, que não seja de auditoria externa.

## Polpar S.A.

### Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		34	-
Aplicações financeiras	4	2.405	2.761
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber		2.101	2.004
Tributos a recuperar		116	160
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.656</b>	<b>4.925</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		663	623
Dividendos a receber		1.441	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	7	62.394	74.918
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>64.498</b>	<b>75.541</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>69.154</b>	<b>80.466</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar aos acionistas		1.275	-
Provisão do imposto de renda e contribuição social		3	113
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		935	515
Tributos a pagar		2	275
		<b>2.215</b>	<b>903</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	19.163	23.378
<b>Total do passivo</b>		<b>21.378</b>	<b>24.281</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		4.525	5.300
Reservas de lucros		3.024	2.349
Ajuste de avaliação patrimonial		40.227	48.536
<b>Total do patrimônio líquido</b>	8	<b>47.776</b>	<b>56.185</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>69.154</b>	<b>80.466</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Polpar S.A.

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Dividendos e juros sobre capital próprio	5	<b>3.587</b>	2.358
Despesas gerais e administrativas	11	<u>(123)</u>	<u>(117)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>3.464</b>	2.241
Despesas financeiras	10	<b>(19)</b>	(18)
Receitas financeiras	10	<u>567</u>	<u>475</u>
<b>Lucro do exercício antes da provisão do imposto de renda e da contribuição social</b>	6	<b>4.012</b>	2.698
Provisão para o imposto de renda e contribuição social			
Corrente		<u>(77)</u>	<u>(530)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>3.935</b></u>	<u>2.168</u>
<b>Lucro do exercício por ação - em R\$</b>			
<b>Básico e diluído</b>	9		
Ordinárias		<b>24,81084</b>	13,89744
Preferenciais		<b>27,29192</b>	15,28718

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Polpar S.A.

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro do exercício</b>	<b>3.935</b>	2.168
Varição do valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente	<b>(12.524)</b>	7.454
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<b>4.215</b>	(2.772)
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(4.374)</b>	6.850

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Polpar S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Para aumento de capital	Estatutária especial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	5.300	406	3.885	460	43.854	-	53.905
<u>Resultado abrangente</u>							
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	2.168	2.168
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	4.682	-	4.682
<u>Transações de capital com os sócios</u>							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(370)	(370)
Dividendos sobre lucros anteriores	-	-	(3.880)	(120)	-	-	(4.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(200)	(200)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Constituição de reservas	-	108	1.341	149	-	(1.598)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.300</b>	<b>514</b>	<b>1.346</b>	<b>489</b>	<b>48.536</b>	<b>-</b>	<b>56.185</b>
<u>Resultado abrangente</u>							
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	3.935	3.935
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	(8.309)	-	(8.309)
<u>Transações de capital com os sócios</u>							
Cisão parcial	(1.275)	-	-	-	-	-	(1.275)
Dividendos sobre lucros anteriores	-	-	(1.340)	(485)	-	-	(1.825)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(935)	(935)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Aumento de capital	500	(500)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	197	2.523	280	-	(3.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.525</b>	<b>211</b>	<b>2.529</b>	<b>284</b>	<b>40.227</b>	<b>-</b>	<b>47.776</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Polpar S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	3.935	2.168
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:		
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	(593)	(727)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Dividendos a receber	(3.587)	(2.004)
Redução (aumento) em tributos a compensar	51	(44)
Pagamento de outros tributos	(187)	(19)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(144)	(92)
(Redução) aumento em outros passivos circulantes	(52)	272
<b>Fluxos de caixa líquido aplicados nas atividades operacionais</b>	<u>(577)</u>	<u>(446)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	2.049	1.156
Redução de aplicações financeiras	902	3.787
<b>Fluxos de caixa gerados nas atividades de investimentos</b>	<u>2.951</u>	<u>4.943</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(515)	(502)
Pagamento de dividendos sobre exercícios anteriores	(1.825)	(4.000)
<b>Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamentos</b>	<u>(2.340)</u>	<u>(4.502)</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>34</u>	<u>(5)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34	-
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>34</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Polpar S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Serviços de terceiros consumidos	(123)	(117)
<b>Valor consumido pela Companhia</b>	<u>(123)</u>	<u>(117)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.587	2.358
Receitas financeiras	595	727
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>4.059</u>	<u>2.968</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Impostos, taxas e contribuições Federais	105	782
Remuneração de capitais de terceiros Despesas financeiras	19	18
Remuneração de capitais próprios Dividendos e juros sobre capital próprio Resultado do exercício, líquido de juros sobre capital próprio e dividendos	935	570
	<u>3.000</u>	<u>1.598</u>
	<u>4.059</u>	<u>2.968</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto operacional**

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A, contudo, não há comercialização de suas ações. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026.

### **2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros resultados abrangentes, quando estes transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2025 e 2024**

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

**3. Políticas contábeis materiais**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024.

**3.1. Políticas contábeis adotadas**

**3.1.1. Instrumentos financeiros**

A classificação de um ativo financeiro segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual este ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. É efetuada no momento do seu reconhecimento inicial e deve considerar a sua forma de mensuração posterior, ou seja, pelo custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado, estes ativos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos contratuais de receber aos fluxos de caixa do ativo financeiro se expiram ou são transferidos, ou quando a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse e quando:

- (i) a Companhia transferir substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou
- (ii) a Companhia não transferir, nem reter substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o seu controle.

Os passivos financeiros, segundo o CPC 48/IFRS 9, são classificados em duas categorias:

- (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”); ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado e o reconhecimento inicial é efetuada no Balanço Patrimonial quando a entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual fazem parte.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2025 e 2024**

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A mensuração dos passivos financeiros se dá inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente: Passivos financeiros mensurados a custo amortizado, estes passivos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o passivo é baixado.

Um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é baixado quando:

- i) a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada ou
- ii) quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não operou com Hedge Accounting durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

### **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

### **3.1.3. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2025 e 2024**

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

**3.1.4. Outros ativos e passivos**

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais:

- 3.2.1. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)
- 3.2.2. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)
- 3.2.3. IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

**3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes**

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

**4. Aplicações financeiras**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>		
Fundos de Investimento	<u>2.405</u>	<u>2.761</u>

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa média ponderada acumulada de 101,2% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (104,97% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAAA” pelas agências Fitch e Moody’s.

**5. Partes relacionadas**

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Transações com partes relacionadas</b>						
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio - circulante</b>						
Suzano Holding S.A.	1.383	901			1.428	1.060
Suzano S.A.	<u>718</u>	<u>1.103</u>			<u>718</u>	<u>1.298</u>
	<u>2.101</u>	<u>2.004</u>				
<b>Dividendos - não circulante</b>						
Suzano Holding S.A.	<u>1.441</u>	-			<u>1.441</u>	-
<b>Acionistas - circulante</b>						
Contas a pagar aos acionistas			1.275	-		
Dividendos e juros sobre capital próprio			<u>935</u>	<u>515</u>		
			<u>2.210</u>	<u>515</u>	<u>3.587</u>	<u>2.358</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

**6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2025 e 2024**

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

**a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.012	2.698
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	<u>(1.364)</u>	<u>(917)</u>
Juros sobre capital próprio pago	-	126
Dívidas recebidas e a receber	1.220	
Compensação de prejuízos fiscais	43	238
Outras adições e exclusões	<u>24</u>	<u>23</u>
	<u>(77)</u>	<u>(530)</u>
<b>Imposto de renda</b>		
Corrente	<u>(50)</u>	<u>(383)</u>
<b>Contribuição social</b>		
Corrente	<u>(27)</u>	<u>(147)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(77)</u>	<u>(530)</u>
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	1,92%	19,64%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados na demonstração do resultado abrangente.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	549	581
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	<u>481</u>	<u>492</u>
<b>Total ativo</b>	<u>1.030</u>	<u>1.073</u>
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	14.848	17.979
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	<u>5.345</u>	<u>6.472</u>
<b>Total passivo</b>	<u>20.193</u>	<u>24.451</u>
<b>Total líquido passivo não circulante</b>	<u>19.163</u>	<u>23.378</u>

**c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar**

## Polpar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2025, totalizaram R\$ 2.197 e R\$ 5.338, respectivamente, (R\$ 2.324 e R\$ 5.466 em 31 de dezembro de 2024).

## 7. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo.

	Quant. Ações	Tipo	% Participação	31/12/2025			31/12/2024		
				Principal	Ajuste	Saldo	Principal	Ajuste	Saldo
Suzano S.A.	643.450	ON	0,05%	675	32.431	33.106	675	39.077	39.752
Suzano Holding S.A.	1.707.801	PN	0,15%	2.329	26.959	29.288	2.329	32.837	35.166
				<u>3.004</u>	<u>59.390</u>	<u>62.394</u>	<u>3.004</u>	<u>71.914</u>	<u>74.918</u>

Recebido a título de bonificação 636.653 ações PN da Suzano Holding S.A. em dezembro/2025.

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Em 2025, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais.

O valor justo da Suzano S.A. foi apurado de acordo com a última cotação em bolsa por ação ordinária, em 30 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 51,45.

O valor justo da Suzano Holding S.A. foi apurado, levando em consideração, que a participação da Suzano Holding S.A. na Suzano S.A. representa 99,67% de seus ativos, essa participação foi atualizada a valor de mercado e dividida pelo capital em ações da Suzano Holding S.A.

## 8. Patrimônio líquido

### 8.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia era de R\$ 4.525 composto de 102.001 ações ordinárias e 120.000 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 5.300 composto de 68.000 ações ordinárias e 80.000 ações preferenciais), sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país.

Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia aumentou o seu capital social no montante de R\$ 500, mediante a capitalização de parte da Reserva Legal, atribuindo aos acionistas, a título de bonificação, 74.001 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 34.001 ações ordinária e 40.000 ações preferenciais. Nessa mesma data a Companhia aprovou uma redução de capital no montante de R\$ 1.275, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às respectivas participações acionárias, sem o

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2025 e 2024**

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

cancelamento de ações. O pagamento dos recursos será realizado em 18 de fevereiro de 2026.

**8.2. Reservas de lucros**

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$ 211 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$ 2.529 (R\$ 1.346 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Estatutária especial: o saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$ 284 (R\$ 489 em 31 de dezembro de 2024).

**8.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

**8.4. Dividendos e cálculo de reservas**

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

Em 11 de dezembro de 2025 a Diretoria aprovou a distribuição de dividendos intermediários das Reservas de Lucros no montante de R\$ 1.825, correspondendo a R\$ 11,69871794872 por ação ordinária e R\$ 12,86858974359 por ação preferencial, sendo R\$ 1.340 da Reserva para Futuro Aumento de Capital e R\$ 485 da Reserva Estatutária Especial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

## Polpar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<b>3.935</b>	2.168
Constituição da reserva legal 5%	<b>(197)</b>	(108)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<b>3.738</b>	2.060
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	<b>(935)</b>	(515)
Juros sobre capital próprio pago	-	(370)
Imposto de renda incidente nos juros sobre capital próprio	-	55
Dividendos propostos a pagar	<b>(935)</b>	(200)
Resultado remanescente	<b>2.803</b>	1.490
Reserva para aumento de capital - 90%	<b>(2.523)</b>	(1.341)
Reserva estatutária especial - 10%	<b>(280)</b>	(149)

## 9. Lucro por ação

### a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

	<u>31/12/2025</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<b>1.715</b>	<b>2.220</b>	<b>3.935</b>
Quantidade média ponderada de ações do período	<b>69.133</b>	<b>81.333</b>	<b>150.467</b>
Lucro básico e diluído por ação	<b>24,81084</b>	<b>27,29192</b>	

  

	<u>31/12/2024</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível aos acionistas	945	1.223	2.168
Quantidade média ponderada de ações do período	68.000	80.000	148.000
Lucro básico e diluído por ação	13,89744	15,28718	

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro diluído por ação é o mesmo que o básico.

## 10. Resultado financeiro, líquido

## Polpar S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(19)	(18)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	49	37
Rendimentos das aplicações financeiras	<u>518</u>	<u>438</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>548</u></u>	<u><u>457</u></u>

## 11. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxas da CVM	(77)	(74)
Auditoria	(20)	(36)
Honorários advocatícios	(18)	-
Outras despesas	<u>(8)</u>	<u>(7)</u>
	<u><u>(123)</u></u>	<u><u>(117)</u></u>

## 12. Provisão para causas judiciais

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía nenhum processo classificado como de perda provável ou possível.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 18 de março de 2026.

DAVID FEFFER  
Diretor Presidente

MARIA CECILIA CASTRO NEVES IPIÑA  
Diretora e Diretora de Relações com  
Investidores

GABRIELA FEFFER MOLL  
Diretora